

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	3
Título: Controvérsia é grave e emite mais um sinal negativo.....	3
Título: Exportações de petróleo dos EUA já influenciam o xadrez geopolítico	4
Título: Venezuela segue no escuro	6
Título: Petrobras vai reajustar diesel a cada 15 dias.....	6
Título: Adiar leilão da cessão onerosa vai gerar perda bilionária, diz ministro	8
Título: Plano para Eletrobras estimula concorrência, diz Alquéres	10
Título: Ex-diretor da EPE deve assumir posto em centro de pesquisa da estatal.....	12
Título: Destaques	13
Título: Cortes na produção devem fazer Vale gerar mais caixa.....	13
Título: Ministério Público do Trabalho ajuíza ação por Brumadinho	15
Título: Norsk Hydro se prepara para operar em capacidade máxima	17
Título: STF mantém indígenas em área exigida pela Itaipu	19
Título: Curtas	20
Título: Liderança do setor sucroalcooleiro crê em dias melhores	21
Título: Chuvas prejudicam moagem.....	23
Título: Ibovespa tem dia positivo e sobe 1,8%.....	23
Título: Agenda	25
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	26
Título: Alerta.....	26
Título: Petrobrás muda política de preço do diesel	26
Título: Estatal não vai pagar mais PLR para os funcionários.....	28
Título: Caminhoneiros estão divididos sobre greve	29

Título: Maduro decreta feriado para atenuar apagão	29
Título: Procuradoria reforça base da Lava Jato no Rio.....	31
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	32
Título: A conta do diesel.....	32
Título: Em meio a queixa de caminhoneiros, Petrobras muda reajuste do diesel	33
Título: Bolsa sobe 1,75% após perdas com Previdência	35
Título: Apagão deixa 85% da Venezuela sem acesso à internet	37
VEÍCULO: O Globo.....	38
Título: Petrobras amplia prazo para reajuste do diesel	38
Título: Justiça determina que governo do Estado do Rio indenize a Refit.....	40
Título: Reajustes da conta de luz no Rio serão menores	41
Título: Novo apagão se prolonga e cria feriado forçado na Venezuela	41
Título: Bretas diz que ‘silêncio é a única resposta aos tolos’	44
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	45
Título: Ministro condiciona apoio	45
Título: Tentativa de conter greve	46
Título: Rateio na conta de luz	48

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/03/2019****Seção: Brasil****Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo****Título: Controvérsia é grave e emite mais um sinal negativo**

A controvérsia protagonizada por diplomatas brasileiros com os representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é grave pelo o que simboliza - a disposição do governo Jair Bolsonaro de questionar os processos multilaterais.

A Convenção 169 versa sobre os direitos de povos indígenas e tribais. O ponto de desconforto é o artigo 6, que estabelece que indígenas e quilombolas têm que ser consultados quando uma obra afetar seu território. A consulta tem que ser prévia, livre e consentida. A ideia é construir consenso.

A polêmica está em torno ao poder de veto. O texto da Convenção é interpretado de forma diferente por indigenistas e índios (que dizem que sim), e empreendedores e governo (que dizem que não).

Este processo está na base da polêmica da construção da linha de transmissão de energia entre Manaus e Boa Vista. O ponto é o diálogo com os waimiri-atroari, que foram dizimados durante a construção da BR 174 - eram 3 mil indivíduos, na década de 70 e foram reduzidos a 332 dez anos depois. Seu território está na área do linhão.

Ocorre que o linhão interligaria Roraima ao sistema nacional de energia, e tiraria a dependência do Estado à energia venezuelana.

A consulta prevista na 169 bate de frente com a intenção do governo de construir hidrelétricas, estradas e outras obras na área de influência de terras indígenas.

A Convenção 169 foi adotada em 1989 e começou a vigorar em 1991. Para o Brasil, a data é 2003. O país a ratificou, processo posteriormente aprovado pelo Congresso. Sair dela é possível, claro, e há prazos e procedimentos para isso. O problema é a pressa. O Executivo pode até começar o processo, mas há obstáculos no caminho. A decisão tem que, forçosamente, ser submetida ao Congresso Nacional.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/03/2019****Seção: Internacional****Autor: Javier Blas | Bloomberg, de Houston****Título: Exportações de petróleo dos EUA já influenciam o xadrez geopolítico**

O que começou como um fenômeno americano agora passa a ser sentido por todo o mundo, à medida que exportações de petróleo dos EUA atingem níveis inimagináveis há poucos anos. O fluxo de petróleo vai continuar crescendo nos próximos anos e provocar consequências enormes no setor petrolífero, na política mundial e até na economia de alguns países. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), por exemplo, terá dificuldade para manter os preços do petróleo elevados, enquanto Washington vai ter à disposição uma nova e potente arma diplomática.

As exportações de petróleo cresceram mais de 70% em 2018, para pouco mais de 2 milhões de barris por dia, segundo dados do governo. "Isso pode dobrar em poucos anos, uma vez que as pessoas continuam a investir no xisto", disse Russell Hardy, da corretora Vitol Group. Nas últimas quatro semanas, as exportações de petróleo dos EUA atingiram uma média superior a 3 milhões de barris/dia - mais do que o Kuwait vende.

"Esta é uma nova era americana da energia", disse o secretário de Energia dos EUA, Rick Perry, num evento em Houston neste mês.

Executivos do setor de petróleo acreditam que as exportações americanas vão chegar a 5 milhões de barris/dia no fim de 2020, uma alta de mais 70% em comparação aos níveis atuais. Se os EUA atingirem essa meta, irão exportar mais petróleo que qualquer membro da Opep, com exceção da Arábia Saudita - os EUA continuam sendo importadores líquidos de petróleo, mas isso provavelmente vai mudar em poucos meses.

"A segunda onda da revolução de xisto dos EUA está chegando", disse Faith Birol, chefe da Agência Internacional de Energia (AIE). "Isso vai sacudir os fluxos de comércio internacional de petróleo e gás, com profundas implicações para a geopolítica."

O impacto político já está sendo sentido. Washington foi capaz de impor sanções às exportações do Irã e Venezuela sabendo que o fluxo de petróleo do Texas vai continuar subindo. O impacto econômico nos EUA também é evidente: o déficit comercial com petróleo em 2018 foi o menor em 20 anos.

Os EUA já são um grande exportador de produtos refinados - gasolina e diesel. Somando-se isso à alta prevista nas exportações de petróleo, a AIE projeta que

as vendas americanas vão chegar a 9 milhões de barris/dia em cinco anos. Em 2012, eram de apenas 1 milhão de barris/dia. Os EUA vão se tornar o segundo maior país exportador de petróleo e derivados até 2024, superando a Rússia e chegando perto da Arábia Saudita.

Até agora, o aumento na produção americana de petróleo proveniente da Bacia Permiana e de outras bacias de xisto como a de Bakken, na Dakota do Norte, foi absorvido domesticamente e alimentou as refinarias americanas no Golfo do México. Agora, as refinarias dos EUA encontram cada vez mais dificuldade para processar o petróleo mais leve extraído da Bacia Permiana, uma vez que suas instalações foram construídas para trabalhar o petróleo mais pesado - do tipo extraído na Venezuela e no Oriente Médio.

Como resultado, executivos de firmas de xisto têm viajado pelo mundo em busca de clientes. Apesar do equilíbrio apertado entre oferta e demanda, em razão das sanções contra Venezuela e Irã e dos cortes de produção da Opep, encontrar novos compradores não é tão fácil quanto parece. O petróleo da Bacia Permiana é leve e rende muita nafta - usada na indústria petroquímica - e gasolina, mas relativamente pouco diesel. E a maioria das refinarias quer produzir diesel.

A chave para as exportações petrolíferas dos EUA é a China, atolada em uma guerra comercial com Washington. Até este ano, as refinarias chinesas estavam comprando grandes volumes de exportações de xisto dos EUA. Mas esse fluxo secou em agosto. Se as exportações de petróleo dos EUA aumentarem no ritmo que os executivos e comercializadoras preveem, a indústria de petróleo de xisto vai precisar que a Casa Branca assine um acordo comercial com os chineses.

"Se a demanda chinesa não se materializar, por motivos políticos, incompatibilidade de qualidade ou seja o que for, as exportações dos EUA provavelmente vão ter que conquistar seu espaço no sistema mundial de refinarias, provavelmente por meio de descontos no preço", disse Diwan.

O petróleo de xisto dos EUA já é vendido com grande desconto em relação ao tipo Brent, o referencial internacional. O West Texas Intermediate (WTI) é vendido por cerca de US\$ 10 a menos que o Brent. E alguns tipos mais leves da Bacia Permiana, incluindo o novo West Texas Light, têm descontos ainda maiores.

A onda de exportações de petróleo começou no fim de 2015, quando o governo de Barack Obama acabou com uma proibição de quase 40 anos sobre a maioria das vendas do produto ao exterior, que havia sido imposta em consequência do embargo de 1973-74 dos países árabes da Opep.

Se as previsões estiverem corretas, a produção de petróleo dos EUA vai superar os 13 milhões de barris/dia em dezembro, acima dos 11,8 bilhões de barris do fim de 2018 e muito superior ao recorde anterior, de 1970.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/03/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: Venezuela segue no escuro

O segundo apagão deste mês na Venezuela atingia ontem 20 dos 23 Estados, de 16 na segunda-feira. O governo decretou feriado, com suspensão das aulas e da jornada de trabalho, o que deixou a maior parte das ruas da capital Caracas vazias. A falta de luz prejudicou empresas e o comércio (foto), paralisou exportações de petróleo e interrompeu parte das operações no Aeroporto Internacional de Maiquetía, na capital. Afetou também fornecimento de água e combustível. O blecaute atingiu zonas rurais e urbanas. Em algumas regiões de Caracas, a luz voltou por volta das 13h, depois de 24 horas de interrupção. Cidades do oeste do país, como Maracaibo e Barquisimeto, permaneciam sem luz ontem à noite. O primeiro apagão do mês começou em 7 de março e deixou milhões sem luz por seis dias, além de dezenas de mortos em hospitais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/03/2019

Seção: Especial

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras vai reajustar diesel a cada 15 dias

Em meio à subida dos preços do diesel e rumores de uma nova greve dos caminhoneiros, a Petrobras anunciou ontem que passará a trabalhar com reajustes menos frequentes nas suas refinarias. A estatal recuou da estratégia de mexer nos preços sem uma periodicidade definida e passará a mantê-los estáveis por um período mínimo de 15 dias.

A petroleira informou que os preços do diesel nas refinarias serão reajustados "por períodos não inferiores a 15 dias" e que o compromisso com preços de paridade internacional está mantido.

Já a BR Distribuidora anunciou que espera concluir em 90 dias o desenvolvimento de uma espécie de cartão pré-pago que permitirá que caminhoneiros e proprietários de frotas comprem diesel a valores pré-determinados. O projeto já vinha sendo publicamente defendido pelo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, nos últimos meses, mas o

anúncio formal ocorre num momento em que voltam a circular, nas redes sociais, ameaças de uma nova greve

Embora a paralisação seja descartada pelas principais lideranças da greve de maio de 2018, o aumento dos preços do diesel é um tema sensível para o presidente Jair Bolsonaro desde o primeiro dia de seu mandato, quando se encerrou o programa de subvenção do governo Michel Temer e havia um temor de que os caminhoneiros voltassem a protestar. No último dia 20, Bolsonaro publicou, no Twitter, que o preço dos combustíveis "é uma das principais reclamações do brasileiro" e que ele vinha conversando com os "ministérios responsáveis" sobre o assunto.

Na prática, a petroleira já não vinha adotando reajustes diários, como no período pré-greve. Desde o início do ano, a empresa, por meio de mecanismos de hedge, consegue travar os preços nas refinarias. No acumulado do ano, fez 13 reajustes até o momento - uma média de um a cada seis dias.

A Petrobras esclareceu que continuará a utilizar mecanismos de proteção, como o hedge com o emprego de derivativos. A empresa defende, ainda, que a nova periodicidade concilia seus interesses, ao manter a paridade de preços internacionais, ao mesmo tempo em que atende às demandas dos consumidores por menor volatilidade nos preços, no curto prazo.

Os rumores de uma nova greve dos caminhoneiros ocorrem num momento em que os preços do diesel atingem seus patamares mais altos no ano. Segundo dados da empresa de pesquisa de mercado Triad Research, o preço médio do litro do diesel nas bombas atingiu, no dia 24 de março, R\$ 3,653, na média do país. Já o levantamento da Agência Nacional de Petróleo (ANP) mostra que os preços médios de março são os maiores em quatro meses.

Apesar disso, os dados do mercado indicam que os reajustes da Petrobras não têm sido repassados, na íntegra, aos consumidores finais. Desde 1º de janeiro, a alta acumulada nas refinarias é de R\$ 0,28 o litro, mas, na bomba, o aumento médio do preço para o consumidor final foi de R\$ 0,10 o litro, de acordo com a Triad e ANP.

A reclamação dos caminhoneiros não se restringe aos preços do diesel. Além de um reajustes mensais, a categoria também reclama que a tabela de preços mínimos de fretes para o transporte de cargas, prometida pelo governo Temer, não está sendo cumprida.

"O problema dos transportadores não é o preço do diesel. É que o país não cresce e não há carga. Precisamos solidificar o conceito de liberdade de preços",

avalia o presidente da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural), Leonardo Gadotti.

A mudança na periodicidade dos reajustes do diesel não gerará impactos financeiros para a estatal, se ela se mantiver alinhada à paridade internacional. Analistas consultados pelo **Valor**, no entanto, alertam que a medida lança dúvidas sobre como vai se comportar o market share da companhia.

"Ajuda a reduzir a volatilidade nos preços do diesel para os consumidores. Para a Petrobras, depois que ocorrerem os repasses a cada 15 dias, valerá a pena monitorar o comportamento dos importadores e o market share da companhia no mercado doméstico, bem como [o nível] de utilização das refinarias", avalia Gustavo Allevato, analista do Santander.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, as mudanças dificultam o monitoramento sobre eventuais práticas anticoncorrenciais por parte da estatal. Ele explica que, ao congelar os preços por 15 dias, fica mais difícil fazer a comparação entre a refinaria e os preços de referência do mercado, que têm base semanal. "Dificulta a transparência, perde-se a referência de comparativo semanal", disse.

Já o sócio-diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, destaca que a medida pode gerar insegurança regulatória, justamente no momento em que a companhia pretende vender suas refinarias. "O mercado vai ficar mais especulativo", avalia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/03/2019

Seção: Especial

Autor: Rafael Bitencourt e Vandson Lima | De Brasília

Título: Adiar leilão da cessão onerosa vai gerar perda bilionária, diz ministro

O adiamento do leilão de venda do volume excedente aos 5 bilhões de barris do contrato de cessão onerosa, firmado com a Petrobras em 2010, pode fazer o Brasil amargar um prejuízo bilionário atrelado ao custo de oportunidade - o risco de grandes empresas estrangeiras buscarem outros destinos para seus investimentos. Ontem, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, informou que o adiamento do certame deve gerar uma perda para o país da ordem de US\$ 7 bilhões por ano.

"Quem é investidor, se não tem uma oportunidade de investir aqui, vai procurar outras oportunidades, porque não vai ficar com o dinheiro dele parado",

afirmou o ministro em audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado.

O megaleilão, previsto para o dia 28 de outubro, oferecerá quatro áreas do pré-sal: Atapu, Búzios, Itapu e Sépia. Para que a licitação ocorra, o governo precisa concluir a negociação com a Petrobras sobre a revisão do contrato de cessão onerosa e submeter o aditivo contratual e os detalhes da disputa pelo excedente ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Ao falar sobre a exploração das reservas da cessão onerosa, Albuquerque afirmou que tanto o contrato firmado com a estatal quanto seu volume excedente remetem a "valores fabulosos". Ele explicou que essa exploração se dá na província petrolífera que garante o "maior nível de produtividade do mundo".

Ao defender a realização do leilão neste ano, o ministro também chamou a atenção para os reflexos de recentes descobertas de grandes reservas de petróleo no continente. Para ele, o pré-sal brasileiro passa a concorrer com os países vizinhos na corrida pela atração de investimentos estrangeiros.

"Gostaria só de mencionar que, aqui na América do Sul, está surgindo uma nova província com excelentes perspectivas de exploração que está localizada na área marítimas da Guiana", afirmou o ministro aos senadores. "É uma área promissora. Para lá, certamente irão os investimentos, e nós não podemos perder essa oportunidade", completou Albuquerque.

O governo prevê que o pré-sal também propiciará a oferta adicional de gás natural da ordem de 70% até 2027. Além de atender o Sudeste, região que mais demanda o produto e possui a malha de gasodutos mais desenvolvida, os novos volumes deverão chegar a localidades não atendidas se o governo conseguir cumprir a estratégia de atrair investimentos para o setor com a abertura do mercado - atualmente, a Petrobras controla a produção, o transporte, a comercialização e a canalização do produto.

"Temos que melhorar a nossa infraestrutura de gás. Não basta descobrir gás do pré-sal, se não vamos utilizar esse gás para exportar e nem para uso no nosso território", disse Albuquerque, no Senado.

Para o ministro, o ambiente de concorrência associado ao aumento de oferta de gás natural pode ajudar ao país a reduzir o alto custo da energia. "Infelizmente, a nossa energia é cara, comparada não aos países desenvolvidos, mas a países de dentro da América do Sul. Aqui o preço da energia é três vezes maior que o nos Estados Unidos."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/03/2019****Seção: Especial****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Plano para Eletrobras estimula concorrência, diz Alquéres**

Ex-presidente do conselho de administração da Eletrobras durante o governo Michel Temer e influente personalidade do setor elétrico brasileiro, José Luiz Alquéres apoia a ideia em estudo pelo Ministério da Economia de fazer a privatização da estatal por meio da capitalização separada das subsidiárias da empresa.

Para o executivo, atualmente vice-presidente honorário do conselho mundial de energia (WEC na sigla em inglês), a simples troca do controle da Eletrobras, da União para a iniciativa privada, como previsto na versão inicial do plano de capitalização da elétrica, pode criar uma concorrência desleal no mercado de energia, já que a companhia detém um terço do parque gerador e quase metade de toda a rede de transmissão de energia do país.

"Será um desastre para o funcionamento do sistema elétrico, para a economia brasileira e, ousado dizer, para a democracia, caso o processo vá por este caminho [privatização da holding Eletrobras]", disse Alquéres ao **Valor**.

Por outro lado, ele acrescentou que a competição é saudável para o mercado. E, por isso, trocar a privatização da holding pela venda de "quatro ou cinco" empresas regionalizadas é favorável à concorrência no setor elétrico e melhor para o caixa do Tesouro Nacional.

Para Alquéres, a privatização separada das empresas da estatal elétrica é "mais simples e mais rápida" do que um aumento de capital com consequente privatização da holding. Ele, no entanto, acrescentou que é importante ter cuidado com "certos limites à participação estrangeira".

Ex-membro do conselho de da Eletrobras também no governo Dilma Rousseff e que deixou o cargo após a publicação da Medida Provisória 579/2012, relativa à renovação antecipada e onerosa das concessões de geração e transmissão e que zerou a geração de caixa da estatal na época, Alquéres entende que ativos operacionais como Furnas, Eletronorte, Eletrosul e CGTEE devem ser considerados para privatização imediata.

A única grande subsidiária da estatal que não deveria ser privatizada neste momento, segundo ele, é a Chesf, porque o uso múltiplo das águas do rio São Francisco faz com que a empresa seja muito mais do que "uma dona de meia dúzia de usinas hidrelétricas".

Na semana passada, o **Valor** informou que o Ministério da Economia estuda fazer em separado a capitalização das subsidiárias da estatal. A medida seria um dos caminhos possíveis para ampliar a participação do setor privado na economia brasileira e ampliar a geração de recursos para o Tesouro no processo.

Para uma fonte que participa das discussões e que pediu anonimato, porém, o fatiamento da capitalização da Eletrobras pode enfrentar mais resistências. O plano de capitalização da holding, explicou, tem o apelo de trazer uma redução de custo para a sociedade ao retirar do consumo o risco hidrológico das hidrelétricas que operam sob regime de cotas, oriundo da MP 579.

Questionado sobre essa possibilidade, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, afirmou que há várias alternativas em estudo e que, até o momento, não há nenhuma definição sobre o tema.

"Não temos conclusão. Reconhecemos a importância do processo de capitalização da Eletrobras para que ela possa ter a capacidade de investimento compatível com o seu tamanho e sua importância", disse o executivo, na solenidade dos 45 anos do Cepel, centro de pesquisas em energia elétrica controlado pela estatal.

"Havia uma forma de se fazer [a capitalização da Eletrobras], que foi originalmente concebida. Ela tem um conjunto de prós e contras. Estamos avaliando todas as alternativas para poder fazer desse processo um processo exemplar."

Na última semana, o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, afirmou que o novo plano de capitalização da Eletrobras deverá ser definido até junho.

Segundo fontes ouvidas pela reportagem, o modelo de capitalização deverá ser decidido pelo Ministério da Economia. A pasta de Minas e Energia deve ter controle maior sobre a solução do risco hidrológico e a garantia da segurança energética do país. **(Colaboraram Fabio Graner, Fábio Pupo e Rafael Bitencourt, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/03/2019****Seção: Especial****Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo****Título: Ex-diretor da EPE deve assumir posto em centro de pesquisa da estatal**

O ex-diretor de Estudos de Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) Amilcar Guerreiro, que deixou o cargo na última sexta-feira, deve assumir a diretoria-geral do Cepel, centro de pesquisas de energia elétrica controlado pela Eletrobras, afirmaram ao **Valor** três fontes com conhecimento do assunto. O Cepel é dirigido atualmente pelo engenheiro eletricista Marcio Szechtman.

Na semana passada, Guerreiro, que tinha mandato até novembro de 2020, entregou sua carta de renúncia à diretoria da EPE. Ele era o único diretor que estava na estatal de estudos energéticos desde a sua criação, em 2004, pela então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

Ele passou pelos mandatos dos presidentes da EPE Maurício Tolmasquim (2004 a 2016), Luiz Barroso (2016 e 2018) e Reive Barros (2018). Desde fevereiro deste ano, quem comanda a estatal de planejamento energético do governo é Thiago Barral, que ingressou na empresa em 2007 por concurso público.

Experiente técnico do setor elétrico brasileiro, Guerreiro já foi secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia e integrou a equipe que elaborou o marco regulatório do setor elétrico que entrou em vigor em 2004. Funcionário de carreira de Furnas, onde ingressou em 1978, ele exerceu cargos de gerência na empresa e na própria holding Eletrobras.

Na segunda-feira, a EPE confirmou a saída de Guerreiro e a eleição de Erik Rego para substituí-lo na diretoria da empresa. A mudança foi antecipada no domingo na versão on-line do **Valor**. Formado em engenharia de produção e bacharel em ciências econômicas pela USP, Rego é mestre e doutor em economia de energia pelo IEE-USP. Na academia, ele é professor doutor afastado do departamento de engenharia de produção da Escola Politécnica da USP. Foi presidente do comitê de energia da Amcham e sócio-diretor da consultoria Excelência Energética - cargo que deixou em janeiro.

Ao **Valor** o presidente da EPE, Thiago Barral, disse que a nomeação de Erik Rego é uma vitória para a estatal e para o Ministério de Minas e Energia, "pois é um profissional muito sério e com excelentes credenciais técnicas."

"Com esse perfil, [Rego] poderá contribuir muito para a qualidade dos estudos e das decisões no setor energético, especialmente o elétrico, que tem muitos desafios a serem enfrentados", completou o presidente da EPE.

Além da eleição de Erik Rego, o **Valor** apurou que Giovani Machado, superintendente de Gás Natural e Biocombustíveis da EPE, é cogitado para assumir a diretoria de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais da estatal, hoje acumulada por Barral. Sua eleição, porém, não foi definida na reunião do conselho de sexta-feira, que definiu o nome do substituto de Guerreiro.

Giovani Machado faz parte dos quadros da EPE desde 2006. Ele é bacharel em economia pela UFF e mestre e doutor em planejamento energético pela Coppe/UFRJ.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/03/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

MP na Justiça contra CSN

O Ministério Público de Minas Gerais informou ontem que a CSN se recusou a acatar as recomendações da promotoria sobre a segurança de moradores da cidade mineira de Congonhas que vivem abaixo de uma barragem de rejeitos da empresa. "Agora, encerradas as negociações, o Ministério Público buscará nas vias judiciais a afirmação dos direitos negligenciados", disse o promotor Vinícius Alcântara Galvão, segundo nota de sua assessoria. "O MP aguardou até o último dia a manifestação da empresa. A resposta foi contrária à recomendação, e resumiu-se, basicamente, à afirmação de que a barragem possui laudo atual de estabilidade", afirmou Galvão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Alessandra Saraiva | Do Rio

Título: Cortes na produção devem fazer Vale gerar mais caixa

A tragédia de Brumadinho, que completou dois meses nesta semana, tornou difícil fazer qualquer previsão sobre a produção da Vale em 2019. O desastre, ocorrido em 25 de janeiro, tem dois efeitos contrários para a mineradora. Por um lado, reduz os volumes produzidos. Ontem a Vale confirmou que depois da ruptura da barragem a produção anualizada da empresa sofreu redução de 92,8

milhões de toneladas, quase um quarto da estimativa originalmente prevista para este ano, que era de 400 milhões de toneladas. Agora ninguém sabe dizer ao certo quanto a Vale vai produzir. O corte se traduziu, por sua vez, em aumento de US\$ 11 por tonelada nos preços à vista do minério com 62% de teor de ferro na China - o mercado de referência - no primeiro trimestre em relação ao quarto trimestre de 2018. É aí que entra o segundo efeito de Brumadinho para a Vale e que consiste na perspectiva de uma geração de caixa maior neste ano como resultado dos preços mais altos da commodity.

Faltando poucos dias para terminar março, o preço médio do minério com teor de ferro de 62% no mercado à vista da China é de US\$ 82,5 por tonelada no acumulado do primeiro trimestre, 19% acima da média do preço para o mesmo produto no ano de 2018, de US\$ 69,5 por tonelada. Na comparação com a média do quarto trimestre, a alta é de 15%. O aumento é resultado do corte de produção da Vale, a maior produtora de minério de ferro do mundo.

Embora o mercado ainda não disponha de informações sobre qual deve ser a produção efetiva de minério de ferro da companhia no ano, o novo cenário de preços pós-Brumadinho leva bancos a rever projeções para o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda). O BTG estimou ontem que a Vale está operando entre US\$ 3 bilhões e US\$ 3,5 bilhões acima do cenário base do banco antes de Brumadinho, e que considerava um Ebitda da ordem de US\$ 20 bilhões no ano. Há outros bancos que ainda não fizeram a revisão e que trabalham com Ebitda para a Vale na faixa de US\$ 17 bilhões em 2019. No acumulado de nove meses de 2018, o número era de US\$ 12,2 bilhões. Em 2017, o Ebitda da mineradora foi de US\$ 15,3 bilhões, com alta de 28% sobre o ano anterior.

Hoje serão conhecidos os números da Vale referentes a 2018. O balanço financeiro, a ser divulgado depois do fechamento da B3, irá refletir a situação operacional da empresa pré-Brumadinho e, portanto, são números que não representam, integralmente, a situação da mineradora pós-desastre. Um analista disse que se o balanço for bom permitirá indicar que, no primeiro trimestre de 2019, a situação contábil da empresa deverá continuar confortável uma vez que o aumento nos preços do minério de ferro tende a compensar a perda de produção de janeiro a março deste ano, que ainda não será tão relevante.

Hoje a Vale deve apresentar resultados operacionais consistentes relativos ao quarto trimestre de 2018. O desempenho será apoiado por melhores preços do minério de ferro. Oito bancos e corretoras ouvidos pelo **Valor** projetam receita média de US\$ 9,89 bilhões para a Vale no quarto trimestre de 2018, alta de 8% sobre os US\$ 9,16 bilhões de igual período de 2017.

As instituições projetam ainda lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de US\$ 4,61 bilhões, em média, no quarto trimestre do ano passado, com alta de 12% sobre outubro-dezembro de 2017. Naquele período, o Ebitda da Vale foi de US\$ 4,1 bilhões. O lucro líquido médio da mineradora, projetado pelos oito bancos, é de US\$ 2,73 bilhões, alta de 254% sobre US\$ 771 milhões obtidos no quarto trimestre de 2017. Naquele período, houve efeitos de variações cambiais e monetárias sobre o resultado, além de baixas contábeis.

A maior projeção de receita prevista para a Vale na amostra é do banco J.P. Morgan, que estimou faturamento de US\$ 10,7 bilhões para a mineradora no período outubro-dezembro de 2018. A menor projeção, por sua vez, é a da corretora Itaú BBA, de US\$ 9,52 bilhões. O maior Ebitda estimado para a Vale no quarto trimestre é do banco Scotia, de US\$ 5 bilhões. E o menor número parte do Morgan Stanley, de US\$ 4,41 bilhões. No lucro líquido, a maior projeção é do J.P. Morgan, de US\$ 3,2 bilhões enquanto a menor estimativa é a do Santander, com US\$ 2,1 bilhões (ver quadro acima).

Permanece a dúvida no mercado, porém, se a mineradora poderá fazer algum provisionamento, no balanço do quarto trimestre, relacionado aos eventos de Brumadinho, o que teria efeitos sobre o resultado do exercício. Normalmente os analistas têm dificuldades de prever se a companhia fará provisões no balanço e, se de fato isso ocorrer, a estimativa de lucro no balanço da mineradora pode se transformar em prejuízo. Tradicionalmente, a Vale costuma fazer provisões no quarto trimestre.

No relatório de produção do período outubro-dezembro do ano passado, a Vale informou que a venda de finos de minério alcançou 80,5 milhões de toneladas, com queda de quase 4% sobre o terceiro trimestre. Essa redução foi motivada, como explicou a companhia, por vendas que foram "deliberadamente" postergadas para o primeiro trimestre de 2019 para fins de "otimização de margens". Os dados de 2018 mostraram ainda uma produção total de minério de ferro de 384,6 milhões de toneladas, muito próximo da meta de produção para o ano (390 milhões de toneladas).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Ministério Público do Trabalho ajuíza ação por Brumadinho

O Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais ajuizou, no fim da tarde da segunda-feira, ação civil pública contra a Vale que cita 19 pedidos de

condenação da empresa, entre eles o pagamento de indenizações às famílias dos funcionários mortos e desaparecidos no desastre da cidade de Brumadinho.

O MPT pede que a companhia seja condenada a pagar R\$ 5 milhões, no mínimo, a título de danos morais individuais a cada grupo familiar que perdeu parentes quando houve o rompimento da barragem de rejeito de minério de ferro da mina do Córrego do Feijão, da Vale. A tragédia ocorreu em 25 de janeiro.

Se o pedido for aceito pela Justiça, a Vale teria de desembolsar pouco mais de R\$ 1,5 bilhão somente para cobrir as indenizações por danos morais.

Segundo o balanço mais recente da Defesa Civil de Minas Gerais, 212 pessoas morreram e outras 93 seguem desaparecidas.

Os procuradores que assinam a ação chegaram aos R\$ 5 milhões tendo como referência um documento produzido pela própria Vale, "que precifica o valor de uma vida humana em US\$ 2,6 milhões, em caso de acidente de trabalho decorrente do rompimento de qualquer barragem".

"Não se imagina outro valor a ser arbitrado para a Ré [a Vale], nesta ação, do que aquele que ela mesma menciona em seus estudos técnicos e que foram devidamente provisionados, certamente, em seus atos e práticas contábeis", escrevem na ação os procuradores do MPT.

Além dos R\$ 5 milhões, o MPT também pede que a Justiça condene a mineradora a pagar aos dependentes dos funcionários mortos uma pensão vitalícia. Essa pensão, segundo o MPT, deve ser equivalente ao salário que o trabalhador recebia quando da tragédia até quando que este completasse 78 anos.

"O valor de R\$ 5 milhões para os danos morais acrescidos ao valor da pensão vitalícia aproxima-se do valor sugerido pela empresa [de US\$ 2,6 milhões]", informou ao **Valor**, ontem, o coordenador da força-tarefa que trata desse caso no Ministério Público do Trabalho, Geraldo Emediato de Souza.

Na sexta-feira, ao comentar a intenção do MPT de usar o documento da Vale como referência para as indenizações, a assessoria da empresa afirmou que esse documento não tem efeitos jurídicos.

"A Vale está dedicada a oferecer uma rápida reparação às famílias das vítimas e está aberta a conversar diretamente com aqueles familiares que tenham interesse em buscar uma conciliação diretamente com a empresa. Algumas conciliações já foram concluídas dessa forma", afirmou a empresa.

"Os valores mencionados são extraídos de um documento sem eficácia jurídica, baseado em cenário hipotético e dissociado de situações concretas, que não representam parâmetros para acordos individuais ou coletivos."

Os pedidos do MPT consideram, entre outros aspectos, o "potencial econômico" da Vale, citada como a segunda maior mineradora do mundo; consideram "a reincidência na prática delitiva" por causa do rompimento em 2015 da barragem da mineradora Samarco - da qual a Vale tem 50%; e consideram que as mais de 300 vítimas não tiveram a "mínima chance de sobrevivência".

Na ação ajuizada pelo MPT, há ainda o pedido de bloqueio de mais R\$ 2 bilhões nas contas da Vale a título de indenização pela lesão a direitos metaindividuais sociais e trabalhistas. Logo depois do desastre, o MPT conseguiu na justiça bloquear R\$ 1,6 bilhão da empresa. Esse valor adicional seria usado para investimentos em hospitais públicos ou particulares que prestam serviços para o SUS, asilos, batalhões dos bombeiros, Defesa Civil, entidades filantrópicas entre outras instituições.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado e Rita Azevedo | De São Paulo

Título: Norsk Hydro se prepara para operar em capacidade máxima

A Alunorte, usina de alumina da norueguesa Norsk Hydro, está otimista em voltar a operar em sua capacidade máxima em breve. Está marcada para 4 de abril uma audiência entre a empresa e a Justiça do Pará para tratar da liberação da usina instalada em Barcarena (PA). Desde de fevereiro de 2018, a unidade opera com 50% de sua capacidade após o Ministério Público (MP) apontar possível transbordo do depósito de resíduos de bauxita.

A companhia defende que não houve transbordo, se apoiando em laudos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas) e do Ibama que apontam que não houve vazamentos.

O diretor operacional da Norsk Hydro, Carlos Neves, disse que se for liberada a capacidade total da usina, a retomada da operação será em duas etapas e na primeira já se prevê a operação de 75% da capacidade em até três meses. A usina pode produzir 11,5 milhões de toneladas anualmente. Em 2018, chegou ao volume de 5,6 milhões com a limitação na produção.

"A nossa operação é feita em sete linhas, com a suspensão de 50% de nossa capacidade, usamos quatro linhas em sistema de revezamento. Se a Justiça liberar a retomada conseguimos rodar a usina em 75% da capacidade em até três meses."

Em 2017, quando operou em sua capacidade total, a usina produziu 11,4 milhões de toneladas. "Parte da alumina que produzimos vai para a Albras, que é o braço da Norsk Hydro para a produção de alumínio primário, e o restante, a maior parte, é exportado. Com a operação liberada a metade de nossa capacidade, nossos clientes também tiveram que se adequar", disse Neves.

O executivo ressaltou que na audiência conciliatória de 4 de abril, a Alunorte apresentará evidências, já demonstradas durante todo o processo, atestando que a refinaria pode operar com segurança a plena capacidade.

"Já tivemos várias investigações e inspeções que confirmaram que não ocorreram vazamento ou transbordamento dos depósitos de resíduos de bauxita da Alunorte durante as chuvas em fevereiro de 2018. Já temos a liberação dos órgãos ambientais."

Ontem, a companhia divulgou que chegou a um acordo com o Ministério Público (MP) para que uma entidade independente avalie se os relatórios da Semas e da Universidade de Campina Grande, que atestam que as atividades da Alunorte podem ser retomadas com segurança e cumprem com parâmetros técnicos.

Segundo a companhia, se essa terceira entidade confirmar a impressão da Semas e da Universidade de Campinas Grande, o MP entrará com um pedido na Justiça de Belém, confirmando que não se opõe ao fim do embargo à Alunorte. O acordo, diz a Norsk Hydro, estabelece que a avaliação deve ser feita até abril.

Ainda de acordo com a companhia, foram assinadas emendas ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público e com o governo do Pará. Segundo a Norsk Hydro, as partes concordaram em estabelecer um comitê técnico - formado por representantes da Alunorte, do Ministério Público e do governo do Pará - para discutir os termos de implementação da TAC, e ajustaram os prazos para o cumprimento das obrigações da companhia.

"Fizemos um investimento de R\$ 675 milhões para ampliar o nosso sistema de bacias que recebe e trata a água da chuva. As melhorias devem ser entregues no meio deste ano", disse Neves.

Segundo a Alunorte, a capacidade de tratamento de efluentes está sendo aumentada em 47% para 14 mil metros cúbicos por hora. O armazenamento de efluentes na estação de tratamento será de 465.839 metros cúbicos (aumento de 311%).

Outro investimento realizado pela companhia foi em um novo sistema de tratamento e armazenamento dos resíduos da bauxita. Foram aplicados cerca de R\$ 1 bilhão no sistema que incluiu a construção de um novo depósito de resíduos sólidos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Luísa Martins e Mariana Muniz | De Brasília

Título: STF mantém indígenas em área exigida pela Itaipu

O ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu ato de reintegração de posse da Justiça Federal do Paraná e manteve famílias indígenas da etnia Avá-Guarani em área reivindicada pela usina de Itaipu Binacional no município de Santa Helena.

A liminar, que atende a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), autoriza que as famílias permaneçam na faixa de proteção ao reservatório da hidrelétrica até que Toffoli delibere novamente sobre o assunto.

O ministro já convocou as partes - PGR, Itaipu, Advocacia-Geral da União (AGU), Fundação Nacional do Índio (Funai) e caciques da etnia - a se manifestarem sobre o interesse em uma audiência de conciliação.

A Itaipu havia conseguido na 1ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, com confirmação em segunda instância, a reintegração de posse da localidade ocupada pelos indígenas. A empresa alegou ser a legítima proprietária da área, onde seria construído um reservatório. A PGR recorreu ao STF.

Para a chefe do Ministério Público Federal (MPF), Raquel Dodge, trata-se de uma ocupação tradicional que desde 2009 aguarda um posicionamento da Funai sobre sua regularização fundiária.

De acordo com Dodge, a retirada dos indígenas geraria "sérios efeitos sobre os integrantes do grupo indígena ali presente, individual e coletivamente e, sem dúvida, seria causa de significativa intensificação de conflitos, com risco de grave lesão à segurança pública de todos os envolvidos, indígenas, não indígenas e agentes do Estado".

Em outra ação semelhante envolvendo comunidades indígenas e a Itaipu, a solução encontrada pelos caciques foi indicar "áreas remanescentes" ainda não ocupadas pela usina e para onde as famílias poderiam se deslocar. Dessa forma, a ocupação da área não precisaria ser judicializada.

A Itaipu afirma não haver relação de tradicionalidade entre a área reivindicada e os Avá-Guarani, aos quais chamam de "invasores". Nos autos, a empresa diz que a presença dos indígenas "representa maior risco" do que a sua retirada, porque eles "têm potencial de causar significativa degradação ambiental" no local.

Em nota enviada ao **Valor**, salientou ter "forte disposição" a uma solução consensual, frisando que isso "depende dos demais partícipes da questão".

No âmbito do processo, a Funai também demonstrou interesse em "esforços de conciliação". Sobre a demarcação do território indígena, hoje a cargo do Ministério da Agricultura, afirmou que os estudos "são demorados", mas que a instituição "vem trabalhando para suprir a necessidade de fornecer informações para subsidiar a defesa judicial das comunidades".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/03/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério de ferro cai

O preço do minério de ferro teve queda de 0,68%, no porto de Qingdao, ontem, para US\$ 85,23 a tonelada, segundo a publicação "Fastmarkets MB". A cotação leva em conta a tonelada da commodity com grau de pureza de 62%. No mercado futuro da Bolsa de Dalian, os contratos de minério negociados para maio fecharam com queda de 0,81%, cotados a 609 yuans a tonelada. Os futuros da commodity chegaram a operar em alta modesta, de acordo com a Dow Jones, em decorrência da ordem judicial paralisou as operações de 13 barragens de minério da Vale, na esteira do rompimento da instalação de Brumadinho (MG) em 25 de janeiro. Ontem, a Vale divulgou que a produção de minério cresceu 8,2%, no quarto trimestre de 2018, para 101 milhões de toneladas, mas queda 3,8% ante o terceiro trimestre.

PLR da Petrobras

A diretoria da Petrobras anunciou aos seus trabalhadores a opção de não pagar a participação nos lucros e resultados de 2019, informou a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). O pagamento seria feito em 2020. Segundo a FNP, a estatal comunicou que vai destinar os recursos para um programa de premiação por desempenho (Programa de Prêmio por Performance), sem negociação com os sindicatos. A FNP afirma que a supressão da negociação de PLR é ilegal e que "tomará todas as medidas para defender os interesses da categoria". Ainda de acordo com a federação, a decisão da Petrobras parte de uma posição do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) que entende que o regramento de PLR precisa ser assinado no ano anterior ao que será apurado. Caso contrário, a verba teria caráter salarial. A FNP entende, por sua vez, que, independentemente do regramento, existe legislação que garante o direito de negociação sobre o tema. A FNP lembra, no entanto, que a empresa só abriu negociação com a categoria em dezembro do ano passado, apresentando a primeira minuta completa apenas no dia 10. Segundo a federação, as informações solicitadas pela entidade, ainda no início do mês de dezembro, foram fornecidas apenas no dia 27, ou seja, um dia antes da suposta data limite para assinatura.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/03/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Liderança do setor sucroalcooleiro crê em dias melhores

Após mais de meia década de retração de produção e renda no segmento sucroalcooleiro, o otimismo voltou a dominar os dirigentes do segmento. Seja pela provável concretização da primeira política nacional de valorização da "externalidade positiva" do etanol, seja pelas reformas prometidas pelo governo Bolsonaro, Marcelo Ometto, da mais tradicional família de usineiros do país, assumiu ontem a presidência do conselho da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) vislumbrando uma recuperação e pronto para retomar os planos de tornar o biocombustível uma commodity global.

Um dos três acionistas controladores da São Martinho e presidente do conselho da companhia desde o ano passado, o empresário, de 57 anos, afirmou, em entrevista ao **Valor**, que a interlocução com Brasília deve ser prioridade da Unica, sobretudo diante da necessidade de garantir "previsibilidade" para investimentos na área. A entidade também trocou de presidente há um mês e o

cargo foi assumido por Evandro Gussi, ex-deputado responsável por apresentar o projeto de lei que criou o RenovaBio, para reforçar o diálogo do segmento com o governo.

Marcelo ponderou que "[a política] sempre foi um ponto de atenção, mas que agora é uma preocupação boa, para melhor" - uma alusão ao período em que os preços da gasolina não eram reajustados, o que minou a competitividade do etanol nos postos. Ele demonstra cautela, entretanto, ao avaliar os sinais emitidos pela gestão de Jair Bolsonaro.

"Nossa expectativa era que o país fosse mudar em pouco tempo, mas isso não é possível. Demanda trabalho e dedicação, como tudo na vida", afirmou. O empresário classificou a equipe do governo como "qualificada" e ressaltou o papel positivo da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, mas disse que vê como "ponto de atenção" a "disputa entre os poderes". "Sem vontade política e esforço, não se chega a um denominador comum", disse.

Pelos últimos cálculos do Ministério da Agricultura, o valor bruto da produção de cana no país ainda cairá em 2019 para R\$ 56,8 bilhões, R\$ 18 bilhões a menos que o recorde de 2017, quando os preços do açúcar ofereceram algum alívio.

Até o momento, o governo não conseguiu levar para frente uma das demandas mais urgentes do segmento, que é a negociação com os EUA sobre a flexibilização das cotas de açúcar e etanol dos dois países. Apesar da recente visita de Bolsonaro a Washington, a pauta não foi sequer mencionada.

Marcelo não crê que a janela de negociações esteja fechada, mas defendeu que, sem acordo, o Brasil deve taxar toda a importação de etanol - que custou US\$ 743,3 milhões ao país em 2018, quando houve superávit nessa frente de US\$ 148,8 milhões, após um déficit de US\$ 90 milhões em 2017. "Quando retiramos a taxa da importação, havia a perspectiva de que os EUA se abrissem ao açúcar e ao etanol brasileiro, com o E15, mas isso não ocorreu."

Apesar da defesa "protecionista", ele acredita que o etanol ainda pode se tornar uma commodity mundial, e enxerga sinais que corroboram essa tendência.

"Os indianos já vieram nos visitar na Unica, e querem produzir etanol. Hoje eles dependem de importação de petróleo", afirmou. Marcelo acredita que o Brasil pode "exportar" seu modelo de produção de etanol a países da Ásia com histórico de subsídio ao açúcar - como Tailândia, China e Paquistão, além da

Índia - e acredita que é possível, mais adiante, firmar acordos bilaterais para facilitar esse comércio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/03/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Chuvas prejudicam moagem

A moagem de cana está sendo retomada na região Centro-Sul do país, mas com atraso em relação ao ritmo observado às vésperas do início da safra passada por causa das chuvas, de acordo com levantamento da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

Na primeira quinzena de março, foram processadas 1,6 milhão de toneladas de matéria-prima por 27 usinas, segundo a entidade. O volume foi 53,5% menor que no mesmo período do ano passado, quando 50 unidades já estavam preparadas para o início da temporada 2018/19, em abril.

Como o calendário da safra 2018/19 ainda não terminou "oficialmente", o que acontecerá em 31 de março, o volume de cana processado na primeira quinzena de março é contabilizado no ciclo atual. Assim, o volume processado em 2018/19 chegou a 566,046 milhões de toneladas, uma redução de 3,8% na comparação com o mesmo período do ciclo 2017/18.

O teor de concentração de sacarose na cana, por sua vez, alcançou, no acumulado da safra, 138,36 quilos por tonelada moída, uma ligeira alta de 1,01% na comparação anual.

Como o mix médio é muito mais alcooleiro em 2018/19 do que na temporada anterior (64,65% do caldo de cana deste ciclo foi usado para produzir o biocombustível, ante 53,27% um ano antes), a produção de etanol apresenta forte aumento. Já foram produzidos 21,466 bilhões de litros de etanol hidratado, alta de 41%. O volume de anidro caiu 12,8%, para 9,1 bilhões de litros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/03/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado | De São Paulo

Título: Ibovespa tem dia positivo e sobe 1,8%

O Ibovespa aproveitou a entrada de um fluxo comprador mais forte para recuperar a faixa dos 95 mil pontos e interrompeu, ontem, uma sequência de cinco pregões de queda. O mercado ainda opera na sombra das dúvidas sobre a articulação pela reforma da Previdência, mas os baixos preços, após a onda vendedora recente, atraiu investidores de volta à renda variável.

Depois de ter sofrido com as declarações duras do presidente Jair Bolsonaro e de membros do Congresso, o mercado teve ontem demonstrações de que o governo persiste no debate pela aprovação de novas regras de aposentadoria. Segundo uma fonte afirmou ao **Valor**, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Felipe Francischini (PSL-PR), deve anunciar hoje o relator do texto da reforma no colegiado.

Mais cedo no dia, perto da abertura dos negócios, o investidor chegou a operar ainda com certa cautela por causa da desistência do ministro da Economia, Paulo Guedes, de participar da audiência na CCJ. O mercado esperava que, no calor da troca de farpas entre Congresso e governo, Guedes fosse à Câmara para endossar os esforços e alimentar a trégua pela aprovação da pauta. Ao longo da sessão desta terça, porém, o Ibovespa absorveu os receios e encerrou com alta de 1,76%, aos 95.307 pontos.

Segundo um operador, parte do mercado aproveitou a trégua tanto no Brasil quanto no exterior - com alta das bolsas americanas e ativos brasileiros - para reverter posições "vendidas" (que ganham com a queda das ações). Tais apostas ganharam força nos momentos de maior tensão no mercado na última semana, sobretudo na quinta e na sexta-feira.

"Mas não existe um catalisador específico para a alta do dia senão a perspectiva de que a articulação pela reforma da Previdência possa continuar caminhando, a despeito de todo o medo que dominou as negociações recentemente", diz o profissional.

Entre os destaques do dia, estão as ações da Petrobras, que subiram 4,18% (ON) e 4,72% (PN). Os papéis se recuperaram depois da forte baixa, já que ainda contam com fundamentos importantes. Além disso, com a expectativa para a resolução do imbróglio envolvendo a cessão onerosa, os investidores voltam a demonstrar interesse pelo papel.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou ontem que o contrato da cessão onerosa firmado com a empresa e a descoberta adicional de áreas de exploração remetem a "valores fabulosos". Um dia antes, o ministro Guedes já havia dito, sem entrar em detalhes, que já há acordo entre a Petrobras e a União sobre a cessão onerosa e que novas informações serão fornecidas nos próximos dias.

Fatores técnicos também explicam a alta robusta de papéis como Natura, que subiu 9,73% ontem, maior alta do dia. Como foi um papel que acumulou quase 11% de queda em dois pregões, ele voltou a respeitar os fundamentos e a avançar. Com o esperado crescimento econômico do país neste ano, varejistas e companhias de consumo ainda fazem parte das apostas da maioria dos investidores.

Para Fernando Barroso, diretor da CM Capital Markets, o setor de consumo e varejo ainda é um dos mais favorecidos no cenário de aprovação da reforma da Previdência, que ainda não foi descartado pelo investidor mesmo com todo o vaivém recente. "Temos exposição de 11% da nossa carteira a Pão de Açúcar, Via Varejo e Localiza ", diz.

O setor de siderurgia também permaneceu em destaque porque está igualmente no grupo de empresas que inspiram confiança no mercado. É o caso de CSN (6,31%), segunda maior alta do Ibovespa. Além da perspectiva de que a siderúrgica tenha importante redução do endividamento neste ano, a venda da sua fatia na Usiminas foi adiada pelos órgãos antitruste - de maneira que a CSN poderá se beneficiar da esperada valorização dos papéis da concorrente.

Em relatório, o Itaú BBA chamou a atenção para as quedas de Bradesco, Banco do Brasil e Lojas Renner e afirmou que apenas se perdesse, no fechamento, o nível dos 93.400 pontos é que o Ibovespa colocaria em risco a tendência de alta mantida até hoje.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	27/03/2019
Seção:	Finanças
Autor:	
Título:	Agenda

Utilidade Pública

O UTCAL Summit, seminário sobre Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) para empresas de utilidade pública, reunirá grandes geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia e concessionárias de gás e saneamento.

Data: até 29 de março

Local: Windsor Barra Hotel. Av. Lúcio Costa, 2630 - Rio de Janeiro

Informações: www.utcamericalatina.org

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Alerta

Direto da fonte

Dois dias antes do rompimento da barragem de Brumadinho, em janeiro, uma inspeção de segurança regular da empresa TÜV SÜD detectou que a estrutura apresentava "surgência d'água", "erosões" e "alteração significativa da vazão e saída" em sua drenagem interna. A coluna teve acesso ao documento, datado do dia 23 daquele mês. Ele contém recomendações de auditoria anterior que ainda não tinham sido atendidas. Outra inspeção, de 20 de julho de 2018, também constatou falhas e citou providências que não haviam sido tomadas desde checagem ainda mais antiga.

Alerta 2

Procurada, a Vale disse que os itens identificados em janeiro "são de manutenção rotineira" e que a inspeção encontrou estruturas civis "bem mantidas". "Das 14 recomendações técnicas, sete foram plenamente atendidas, duas parcialmente atendidas, duas foram reavaliadas, uma readequada e uma reprogramada", informou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO André Borges / BRASÍLIA

Título: Petrobrás muda política de preço do diesel

Estatal altera periodicidade de reajuste, pivô da greve dos caminhoneiros em 2018; anúncio acontece em meio à articulação de nova paralisação

A Petrobrás anunciou ontem duas medidas favoráveis aos caminhoneiros, que devem influenciar o movimento de greve articulado nas redes sociais. A petroleira se comprometeu a congelar o preço do óleo diesel nas refinarias por pelo menos 15 dias e ainda lançar um "cartão caminhoneiro" para a compra do combustível a um valor fixo nos postos da BR Distribuidora. A nova ferramenta deve funcionar como proteção contra a volatilidade de preços da estatal, que

acompanha as oscilações do mercado externo. Apesar do anúncio, a articulação para a greve ainda permanece em alguns grupos do WhatsApp.

Por causa da política de preços de combustíveis da Petrobrás, os caminhoneiros pararam o País, em maio do ano passado. Neste início de ano, com o petróleo em alta, o diesel voltou a ser uma ameaça e mais uma vez a classe avalia cruzar os braços. O aumento nas refinarias foi de 15,6% e, nas bombas, de 3,6%. O problema começou ainda na gestão do ex-presidente da companhia Pedro Parente que, para recompor o caixa, determinou a revisão diária da tabela nas refinarias, em linha com o mercado internacional.

Sem saber o preço que pagariam pelo combustível no fim de uma viagem, os caminhoneiros entraram em greve e Parente perdeu o cargo. Além disso, para encerrar os protestos, o governo ainda subsidiou o combustível por um semestre. Apenas em 2019, o diesel voltou a ser reajustado semanalmente. Ontem, sob ameaça de nova greve, a Petrobrás anunciou que vai anunciar os reajustes, agora quinzenalmente. A pauta de reivindicações da classe tem três focos. O primeiro pedido diz respeito ao piso mínimo da tabela de frete. Os caminhoneiros reclamam que as empresas têm descumprido o pagamento do valor mínimo e cobram uma fiscalização mais ostensiva da ANTT.

O segundo é o preço do óleo diesel. Os motoristas querem que o governo estabeleça algum mecanismo para que o aumento dos combustíveis, que se baseia no dólar, seja feito só uma vez por mês. O terceiro item diz respeito à construção de mais estruturas de paradas de descanso para os caminhoneiros. O anúncio de ontem da Petrobrás atende em parte as demandas, mas por isso não é por si só uma garantia de suspensão da greve. Mesmo no que se refere exclusivamente ao valor do combustível, representa um aceno parcial de que vai se ajustar às reivindicações. Em vez de um mês, a empresa garantiu 15 dias de congelamento, embora o preço possa permanecer inalterado indefinidamente.

Cartão. Além disso, a empresa sinalizou com um novo mecanismo de proteção às oscilações internacionais das commodities. Em até 90 dias, vai lançar, com a subsidiária BR Distribuidora, o "cartão caminhoneiro", que vai permitir a compra do combustível a um preço fixo por um período ainda não definido. Os detalhes de como funcionará a ferramenta ainda estão sendo analisadas e vão ser anunciadas pela empresa. Leonardo Gadotti, presidente executivo da Plural, entidade que reúne distribuidoras do porte da BR, Raízen e Ipiranga, não vê problemas para a concorrência de mercado.

Segundo ele, desde que os ajustes de preço não sejam previamente anunciados e continuem tendo como parâmetro o mercado internacional, os investidores não serão contra esta iniciativa. Para o diretor do Centro Brasileiro de

Infraestrutura (Cbie) Adriano Pires, as novidades anunciadas têm tudo para não dar certo. "Acho que não vai funcionar. Quem vai bancar o diferencial de preços para cima? E quando o preço na bomba estiver menor do que o caminhoneiro pagou? Estes artificialismos não funcionam", afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Economia

Autor: F.N. RIO

Título: Estatal não vai pagar mais PLR para os funcionários

A diretoria da Petrobrás anunciou aos empregados que não vai mais pagar participação no lucro (PLR) a partir de 2020. O benefício será incorporado a um novo programa de remuneração variável, que apenas será distribuído nos anos em que a empresa registrar lucro de pelo menos R\$ 10 bilhões. As mudanças foram aprovadas pelo conselho de administração na semana passada e comunicadas aos funcionários via intranet, na última segunda-feira, 25.

"Alinhado ao Plano de Negócios e Gestão, o programa valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a empresa busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão", traz o comunicado interno ao qual o Estado/Broadcast teve acesso.

Com essa medida, a empresa encerrou unilateralmente a negociação que mantinha com sindicatos, desde o ano passado. Num primeiro momento, ainda no governo de Michel Temer e presidência de Ivan Monteiro, a petroleira tentava condicionar o pagamento da PLR ao alcance de metas financeiras. A intenção era que, em anos de prejuízo ou quando o endividamento estivesse muito elevado, o benefício não fosse distribuído. Até então, o PLR era calculado a partir de métricas operacionais. Se as metas das principais áreas fossem atingidas, os funcionários eram remunerados, independentemente do resultado financeiro alcançado no ano.

O argumento dos sindicatos para defender esse modelo sempre foi que o pessoal de chão de fábrica não possui ingerência sobre questões financeiras e, por isso, não poderia ser penalizado por métricas que dizem respeito ao caixa. O presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel, afirmou que a entidade ainda avalia como se posicionará.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/03/2019****Seção: Economia****Autor: RIO****Título: Caminhoneiros estão divididos sobre greve**

Líder dos caminhoneiros, Wallace Costa Landim, conhecido como Chorão, afirmou ontem que o congelamento no preço do diesel por períodos de 15 dias e o "cartão caminhoneiro", anunciados pela Petrobrás, ainda não são suficientes para evitar uma greve da categoria. Apesar de pessoalmente não apoiar o movimento, Landim afirma haver de 15 a 20 grupos de articulação pela paralisação no WhatsApp. Eles fogem ao controle de lideranças sindicais com as quais o governo tem conversado.

Segundo ele, a pressão parte, principalmente, de caminhoneiros de Minas Gerais. Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte estão entre os que já sinalizaram que não aprovam paralisação convocada para sábado, 30. Neste mês, Chorão se encontrou com representantes do governo em três ocasiões. Na primeira delas, no dia 15, esteve com Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil, ao lado de técnicos da Economia, para apresentar a pauta de reivindicação.

No que diz respeito aos combustíveis, os caminhoneiros pedem que o preço do diesel fique congelado por pelo menos 30 dias e seja reduzido. "A Petrobrás teve lucro exorbitante", disse. "Não podemos pagar diesel em dólar." Eles também negociam mais rigor na cobrança de fretes e construção das paradas para descanso. Para Landim, o fato de 90% da categoria ter apoiado a eleição de Bolsonaro merece resposta.

"A Petrobrás não responde 100% nossas reivindicações, mas demonstra que o governo busca mecanismos para nos atender", disse. Reportagem publicada pelo Estado mostrou que o governo tem monitorado movimentações de caminhoneiros no País. O acompanhamento é feito pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/03/2019****Seção: Metrópole****Autor: AFP e REUTERS CARACAS****Título: Maduro decreta feriado para atenuar apagão**

Blecaute começou segunda-feira e afeta 21 dos 23 Estados; opositor questiona versão de sabotagem e lembra que prédios são militarizados

Um novo apagão paralisou ontem Caracas e outras cidades da Venezuela e levou o governo a declarar feriado nacional. O presidente Nicolás Maduro denunciou que um "incêndio de grande magnitude" causado por "terroristas" está prolongando o blecaute e paralisando o país desde segunda-feira.

A Venezuela, que se recuperava do pior apagão de sua história, que começou no dia 7 e durou uma semana, voltou a ficar às escuras ontem, com as ruas vazias e o comércio fechado. "É uma verdadeira desgraça, uma crise humana", disse Noe de Souza, dono de uma das poucas padarias abertas em Caracas, que liquidava seus últimos produtos.

Além da capital, o apagão afeta 21 dos 23 Estados, segundo redes sociais. O governo não costuma dar informações sobre os impactos. O blecaute começou na segunda-feira, às 13h22, afetando o fornecimento de água, as redes de telefonia, internet e o sistema bancário eletrônico, considerado vital em razão da falta de cédulas no país provocada pela hiperinflação.

Os apagões são frequentes na Venezuela e constantemente o governo os atribui a sabotagens da oposição ou dos EUA. Ontem, pelo Twitter, Maduro disse que "o sistema elétrico sofreu dois ataques terroristas".

O primeiro, segundo ele, ocorreu às 13h29 de segunda-feira, na área de geração e transmissão da hidrelétrica de Guri, no Estado de Bolívar, sul do país, que fornece 80% da energia da Venezuela.

O segundo ocorreu às 21h47, "quando os trabalhos de recuperação haviam alcançado os mais altos níveis de geração desde o dia 7". O ministro de Comunicações, Jorge Rodríguez, divulgou no Twitter vídeos e fotografias de instalações elétricas em chamas.

Em discurso no Parlamento, de maioria opositora, o chefe do Legislativo, Juan Guaidó, reconhecido como presidente interino da Venezuela por mais de 50 países, desmentiu a versão oficial e disse que houve uma sobrecarga no sistema de subestações. "Como pode ser uma sabotagem se eles enviaram militares para proteger as instalações elétricas?", questionou.

"Se a luz não voltar, não poderão fazer nossa diálise", lamentou Nelson Rosales, de 80 anos, em um hospital de Caracas. "Imagine que a luz só volte na quinta-feira. Sabe o que vai acontecer? Morreremos todos", disse Rosales, que há dez anos passa por diálise.

No hospital infantil do bairro de Petare, em Caracas, Junior Véliz responsabilizou o apagão pela morte de seu bebê. "Estava em cuidados intensivos e morreu de uma parada respiratória durante o apagão. O hospital não tem gerador", disse

Véliz. Uma mulher, que não quis se identificar, responsabilizou Guaidó: "Como sempre, uma sabotagem desses esqualidos desgraçados", afirmou, utilizando o modo como o chavismo chama a oposição.

O apagão é um novo golpe para a economia venezuelana, que já entrou em colapso. Segundo estimativas do Parlamento opositor, o blecaute que paralisou o país entre os dias 7 e 14 provocou perdas de mais de US\$ 1 bilhão.

Guaidó prepara uma mobilização nacional e uma marcha até o Palácio de Miraflores, em data ainda a ser definida, e não descarta a possibilidade de pedir ao Legislativo que autorize uma intervenção militar estrangeira.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Política

Autor: Wilson Tosta / RIO

Título: Procuradoria reforça base da Lava Jato no Rio

Força-tarefa no Estado ganha três procuradores, que se somam aos 11 que já integram o grupo criado em 2016

A força-tarefa da Operação Lava Jato no Rio vai ser reforçada com três novos procuradores, informou a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, em reunião com integrantes do grupo ontem no Rio. Ficou acertado que dois deles terão dedicação exclusiva à ação e o terceiro atuará parcialmente. O reforço atende a pedido da força-tarefa e amplia a capacidade de investigação da Procuradoria no Estado, onde são julgados desdobramentos da Lava Jato. Envolvem corrupção em empresas estatais, como a Eletronuclear, desvios de verbas federais destinadas a obras no Estado desde 2007 e irregularidades na administração estadual do hoje MDB – antes, PMDB.

O principal alvo da força-tarefa da Lava Jato no Rio, até agora, foi o esquema de corrupção que era chefiado pelo ex-governador Sérgio Cabral (MDB). Ele foi preso em novembro de 2016, na Operação Calicute e, desde então, não saiu mais da cadeia. Já foi denunciado 29 vezes – quase todas pela Lava Jato no Rio – e condenado em nove ações. Suas penas somam perto de 200 anos de cadeia. Recentemente, Cabral confessou crimes, em aparente estratégia para conseguir futuros benefícios, em feitos não julgados.

angra 3. A mais recente iniciativa da força-tarefa no Rio foi o pedido de prisão do ex-presidente Michel Temer, do ex-ministro Moreira Franco e de outros suspeitos. Eles são investigados por supostos desvios na Eletronuclear, nas

obras de construção da usina nuclear angra 3, em angra dos Reis, no litoral sul fluminense. O juiz Marcelo Bretas, da 7.ª Vara Federal Criminal do Rio, acolheu o pedido na quinta-feira passada. Todos os oito investigados que ainda estavam detidos foram libertados anteontem por liminar concedida pelo desembargador Antonio Ivan Athié, do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região (TRF-2). Ele considerou que as condições para a prisão preventiva não tinham sido atendidas.

No fim de semana, a desembargadora Simone Schreiber, plantonista no TRF- 2, já tinha libertado dois presos temporariamente. Fundamentou sua decisão em argumentos semelhantes. As decisões de libertar os alvos da Operação Descontaminação serão julgadas pela 1.ª Turma Especializada do TRF-2, em data a ser marcada. Criada em 2016, a força-tarefa do Rio já conseguiu a condenação de 40 pessoas.

Tem 11 procuradores e apresentou 50 denúncias contra 302 suspeitos de 19 crimes, como fraude em licitações, corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro, organização criminosa, evasão de divisas, tráfico de influência, peculato, contrabando e sonegação fiscal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: A conta do diesel

Desde que não signifique uma abertura para interferências políticas, é defensável a decisão da Petrobras de passar a ajustar o preço do diesel nas refinarias a cada 15 dias.

A medida, estudada havia meses, surge num momento em que os caminhoneiros autônomos parecem se mobilizar para uma nova paralisação. A tensão vem crescendo desde o início do ano, quando venceu o acordo provisório com o governo que assegurava reajustes mensais da cotação do combustível.

Embora a Petrobras não tenha retornado ao padrão anterior de correções diárias, não há como escapar da alta do petróleo no mercado externo, além da desvalorização do real. Tudo somado, os preços subiram 18,5% desde janeiro nas refinarias, ainda que o impacto nas bombas possa ser menor.

A nova periodicidade quinzenal parece um bom critério. Além de não significar perdas para a estatal, que preserva seus mecanismos de gestão de custos, permite melhor planejamento dos fretes.

O caminhoneiro não vai se deparar com altas súbitas nos postos, que possam erodir sua margem de lucro durante o transporte. A ideia de um cartão pré-pago é outra inovação potencialmente útil.

Os problemas do setor se mostram bem maiores, contudo. O principal está no excesso de oferta de caminhões, resultante em parte da política de financiamento barato da gestão de Dilma Rousseff (PT). Houve grande renovação e crescimento da frota, mas a recessão diminuiu a demanda, e os preços dos fretes caíram.

A saída encontrada pelo governo Michel Temer (MDB) — sob pressão do movimento abusivo que paralisou o país em maio do ano passado — foi definir uma tabela de preços mínimos, ainda em vigor, mas aparentemente desrespeitada.

A situação jurídica desse arranjo mambembe permanece indefinida, pois o Supremo Tribunal Federal ainda não julgou a constitucionalidade da ingerência do governo no que é uma atividade privada.

Tendo em vista o risco de passivos legais e o custo alto resultantes da tabela, empresas têm optado por frotas próprias ou contratos com grandes transportadoras, o que enfraquece a posição dos caminhoneiros. Como é típico em intervenções desse tipo, a suposta ajuda logo se converte em maldição.

O governo deve buscar soluções definitivas, que passam pelo aumento da concorrência nos mercados de refino e transportes de combustíveis. A redução de preços também depende de menor carga tributária, sobretudo do ICMS.

Com as contas públicas em frangalhos, é irrealista esperar uma grande redução da cunha fiscal no curto prazo. Pode-se ao menos, porém, alterar a sistemática de cobrança — para um valor fixo por litro, em vez de percentuais que amplificam as oscilações.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Em meio a queixa de caminhoneiros, Petrobras muda reajuste do diesel

Aumento passa a ser quinzenal; estatal diz que mudança concilia interesses de empresa e consumidores

Em meio a uma nova onda de insatisfação dos caminhoneiros, a Petrobras anunciou nesta terça-feira (26) mudanças em sua política de preços para o

diesel e o lançamento de um cartão para compras do combustível a preço fixo em postos BR.

As medidas, porém, desagradaram os transportadores autônomos, que planejam para o próximo sábado (30) uma carreata para pressionar o governo. Além do preço do diesel, eles reclamam de não cumprimento da tabela de fretes mínimos.

A categoria se reuniu com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, na sexta-feira (22) para apresentar suas reivindicações. Durante o fim de semana, houve fortes rumores de que uma paralisação seria iniciada.

A mudança na política de preços do diesel foi aprovada pela diretoria da Petrobras na segunda (25). A partir de agora, os reajustes respeitarão um prazo mínimo de 15 dias. A estatal disse que o objetivo é “conferir aos clientes maior previsibilidade à trajetória de preços”.

Diferentemente de ocasiões anteriores, quando convocava entrevistas coletivas para detalhar mudanças em sua política de preços, a divulgação foi feita por notas oficiais.

É a terceira mudança desde que a política de preços foi estabelecida, em 2016. Em 2017, a estatal adotou ajustes diários, estratégia que foi criticada até por aliados do governo quando os preços dispararam no primeiro semestre de 2018.

Em janeiro, após o fim do programa de subvenção ao preço do diesel, a estatal decidiu segurar reajustes por prazos maiores — como já vinha fazendo com a gasolina desde outubro de 2018 — adotando um instrumento de proteção financeira para evitar perdas.

Ainda assim, com a escalada dos preços internacionais do petróleo, o preço do diesel nas refinarias já subiu 18,5% em 2019, na comparação com o último valor de 2018.

Nas bombas, a alta é menor, de 2,5%, mas o suficiente para alimentar a insatisfação.

“Sabemos que uma das principais reclamações do brasileiro é o preço dos combustíveis e temos conversado com os ministérios responsáveis para absorver tal demanda e até poder diversificar”, disse, há uma semana, o presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Na sexta, a categoria pediu ao governo um mecanismo para segurar os aumentos e mais fiscalização para o cumprimento da tabela de frete.

Nesta terça, o presidente da CNTA (Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos), Diumar Bueno, criticou a decisão da Petrobras. Em nota, ele disse que o adequado seria implementar uma política de reajustes mensais. E voltou a cobrar a fiscalização sobre o frete.

Segundo a CNTA, o movimento previsto para o próximo sábado não tem finalidade grevista. “Trata-se de uma carreata com o intuito de chamar a atenção do governo para algumas insatisfações da categoria”, afirmou a entidade.

“ [A mudança na política do diesel] é legal, mas não resolve 100%”, avalia Wallace Costa da Silva, conhecido como Chorão, liderança dos caminhoneiros no Centro-Oeste.

Bueno acrescentou que o Cartão Caminhoneiro anunciado pela Petrobras é ilusório por não garantir desconto aos caminhoneiros. O projeto será lançado em 90 dias, segundo a estatal.

A ideia é permitir que o caminhoneiro compre o combustível ao preço de determinado dia e possa abastecer ao longo do tempo, sem gastar mais em caso de alta. A estatal alega que o cartão funciona como uma proteção à volatilidade dos preços.

Em nota, a Petrobras disse que a mudança concilia seus interesses com os do consumidor, ao manter o princípio de paridade com preços internacionais e reduzir os repasses da volatilidade de curto prazo.

A mudança foi elogiada pela Fecombustíveis (federação que reúne os donos de postos). “A medida atende reivindicação antiga de vários setores, principalmente os caminhoneiros”, disse o presidente da entidade, Paulo Miranda.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Tássia Kastner

Título: Bolsa sobe 1,75% após perdas com Previdência

A Bolsa brasileira avançou mais de 1,5% nesta terça-feira (26), recuperando parte das perdas recentes, apesar do noticiário doméstico seguir negativo para a aprovação da reforma da Previdência. Valorizações das principais Bolsas no exterior ajudaram a sustentar o mercado local.

O revés do dia foi a desistência do ministro Paulo Guedes (Economia) de participar de uma audiência pública na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), na qual explicaria os principais pontos da reforma da Previdência.

O evento tinha potencial para se transformar em mais um capítulo da queda de braço travada entre governo e Congresso sobre a tramitação da reforma.

Nesta terça, parlamentares indicaram que devem vetar mudanças no benefício pago a idosos em condição de pobreza, na aposentadoria rural e também nos trechos que devem desconstitucionalizar a Previdência.

“Poderia haver um desgaste de Paulo Guedes, que poderia ter mais perdas indo lá falar, do que não indo. Nesse momento em que os nervos políticos mais à flor da pele, seria uma discussão mais partidária que econômica”, diz Thiago Salomão, analista da Rico Investimentos.

Para o analista, a redução de danos pela ausência de Guedes não deveria ser suficiente para sustentar a forte alta da Bolsa.

O Ibovespa, principal índice do mercado brasileiro, avançou 1,75% e encerrou o dia a 95.306 pontos. O giro financeiro foi de R\$ 15,3 bilhões, pouco abaixo da média diária do ano, ao redor de R\$ 16 bilhões.

Apesar da disparada, o mercado ainda acumula perda de quase 5% desde a máxima recente, de 99.993 pontos.

No cenário corporativo, a forte valorização dos papéis da Petrobras, mais de 4%, ajudou a dar sustentação à Bolsa. Paulo Guedes afirmou nesta terça que chegou a um acordo para a votação da cessão onerosa, objeto de disputa entre estados e municípios, que querem receber parte das receitas.

Também nos destaques de alta aparece a Natura, que ganhou 10% no pregão. A empresa registrava perdas após anunciar interesse pela Avon.

No exterior, as Bolsas também avançaram, mas de forma mais modesta. Nos Estados Unidos, os ganhos ficaram entre 0,50% e 0,70%.

O dólar também avançou ante o real, seguindo a tendência das principais divisas emergentes. A moeda americana encerrou o dia cotada a R\$ 3,8670 (+0,25%).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 27/03/2019****Seção: Mundo****Autor: AFP e Reuters****Título: Apagão deixa 85% da Venezuela sem acesso à internet**

O apagão que atinge a Venezuela desde a tarde de segunda-feira (25) prejudicou também o uso da internet no país, deixando 85% da população sem acesso à rede nesta terça (26).

A falta de luz fez o regime do ditador Nicolás Maduro suspender as aulas e o dia de trabalho até a noite desta quarta (27).

É a segunda vez que uma falha geral no fornecimento de energia atinge a Venezuela em menos de um mês.

Segundo a ONG britânica NetBlocks, que monitora a disponibilidade da internet em diferentes países, 20 dos 23 estados venezuelanos enfrentaram problemas de acesso.

Em 16 deles e no Distrito Federal, onde fica Caracas, a situação foi considerada severa — quando o acesso cai para menos de 10% do normal.

Os moradores da cidade também relataram dificuldade para estocar alimentos e para se locomoverem, já que o metrô está paralisado.

O líder opositor Juan Guaidó, reconhecido por mais de 50 países como presidente interino da Venezuela, acusou Maduro de aproveitar a falta de internet para espalhar notícias falsas. “O regime utiliza esses momentos para desinformar e gerar confusão”, disse ele na segunda.

Estudo da Universidade de Oxford (Reino Unido) de 2018 mostrou que o governo venezuelano tem equipes voltadas para a distribuição de fake news nas redes sociais, o que Caracas nega.

Nesta terça, Maduro voltou a culpar os EUA e a oposição pelo apagão, que começou às 13h20 (14h20 em Brasília) de segunda. A energia chegou a voltar em algumas localidades na tarde de segunda, mas à noite ela voltou a cair e o problema prosseguiu na terça.

Maduro afirmou que a falta de energia foi causada por um incêndio na área de geração e transmissão da usina hidrelétrica de Guri, no estado de Bolívar (sul), que fornece 80% da energia da Venezuela.

Ele disse que o local “sofreu dois ataques terroristas desonestos” na segunda.

O primeiro teria sido cibernético e ocorrido no começo da tarde, causando o apagão. Já o segundo, eletromagnético, teria gerado o incêndio em uma central pouco antes das 22h locais (23h no horário de Brasília).

O ministro de Comunicação da Venezuela, Jorge Rodríguez, divulgou nas redes sociais imagens do que seria a usina de Guri após o incêndio.

Segundo Guaidó, o apagão ocorreu por uma sobrecarga no sistema de subestações. “Este regime é tão inútil que criou uma guerra elétrica imaginária e a perdeu em três dias”, disse ele em discurso na Assembleia Nacional.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/03/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ E GABRIEL MARTINS RIO E BRASÍLIA

Título: Petrobras amplia prazo para reajuste do diesel

Aumentos de preço ocorrerão a cada 15 dias. Estatal também vai lançar um "Cartão Caminhoneiro, com o qual será possível fazer compras antecipadas do combustível. Ações da companhia sobem mais de 4%

A diretoria da Petrobras anunciou ontem que os preços do óleo diesel em suas refinarias passarão a ser reajustados, para cima ou para baixo, em períodos não inferiores a 15 dias. Desde janeiro, com o fim dos subsídios do governo federal ao combustível, a estatal havia adotado o prazo de sete dias para os reajustes. A Petrobras anunciou ainda que a BR Distribuidora vai lançar o "Cartão Caminhoneiro", que permitirá a antecipação da compra de volumes maiores de diesel a um preço fixo. No ano, o combustível acumula alta de 15,56% nas refinarias.

A estatal garante que mantém a política de alinhar seus preços ao mercado internacional. Para isso, continuará fazendo uso de mecanismos de proteção (hedge), a fim de preservar a rentabilidade de suas operações de refino.

Especialistas receberam bem a decisão da Petrobras. David Zylbersztajn, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), ressalta que o "Cartão Caminhoneiro", por travar o preço por um período mais longo, beneficia a categoria:

—O objetivo é permitir maior previsibilidade de preços para o mercado. A Petrobras pode ganhar e perder com essa mudança, pois vai depender de

quanto ela fixou o preço para o período e como será a evolução do combustível no mercado internacional.

Edmar Almeida, do Instituto de Economia da UFRJ e especialista em petróleo e gás, lembra que a Petrobras tem pouca competição:

— Lá fora, os reajustes não são repassados imediatamente: olham os concorrentes primeiro. E é importante, ao mesmo tempo em que mantém a paridade com os preços internacionais, a Petrobras buscar uma política de preços mais aceitável para a sociedade.

ALÍVIO NAS PRESSÕES

Já Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), considera que o prazo maior para reajuste não será bom nem para a Petrobras nem para o mercado:

— A empresa deveria ter liberdade para praticar sua política de preços. Apesar do mecanismo de hedge, haverá riscos, e nada garante que, passados 15 dias, a estatal poderá repassar integralmente a alta de preços do período.

Segundo um analista que não quis ser identificado, a medida é uma reação natural da estatal para evitar uma nova greve dos caminhoneiros:

— A mudança pode arrefecer o movimento grevista e pode ter sido um dos motivos para evitar uma nova parada na economia.

Essa também é a opinião do analista do banco UBS Luiz Carvalho. Em relatório, ele afirmou que a medida "está ligada ao fluxo de notícias sobre a possibilidade de uma nova greve de caminhoneiros". E disse que isso dá margem a questionamentos legais por importadores independentes.

O mercado acionário, porém, aprovou as medidas. As ações ordinárias (ON, com voto) da Petrobras avançaram 4,18%, e as preferenciais (PN, sem voto) subiram 4,72%. Pesaram ainda a valorização de 1,19%(US\$ 68,01)do barril de petróleo tipo Brent e a expectativa de que o acordo da cessão onerosa, relativo à exploração no pré-sal, saia em breve.

— O cartão pré-pago faz com que o caminhoneiro não participe diretamente da volatilidade, aliviando possíveis pressões por parte da categoria — disse Raphael Figueredo, analista da Eleven Financial.

Apesar de rumores de uma nova greve de caminhoneiros, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência, que monitora a movimentação da categoria, não vê neste momento indícios de uma paralisação. O diagnóstico é

que não se deve fazer alarde porque a categoria está mais desunida do que em 2018.

A estatal não deu detalhes sobre o "Cartão Caminhoneiro": disse que os estudos serão concluídos em 90 dias. Em janeiro, em entrevista ao GLOBO, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, já havia antecipado essa ideia.

Colaboraram Jussara Soares e Gustavo Maia

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/03/2019

Seção: Economia

Autor: Daiane Costa

Título: Justiça determina que governo do Estado do Rio indenize a Refit

A Refit, nova marca da antiga Refinaria de Manguinhos, obteve decisão judicial favorável em primeira instância contra o governo do Estado do Rio. A refinaria cobra indenização por perdas que teriam sido causadas por um decreto de desapropriação do imóvel onde está localizada. A empresa argumenta que teve de ficar dois anos com atividades paralisadas. Cabe recurso à decisão, e o estado informou que vai recorrer. O valor da indenização será definido por perito judicial ao fim do processo.

Em 2012, Sérgio Cabral, então governador do Rio, determinou a desapropriação do terreno da Refit. Cabral alegou que a empresa abusava de liminares para não recolher impostos e anunciou a construção de bairro planejado na área. O processo foi suspenso em 2014 por recurso da empresa no Supremo Tribunal Federal (STF).

Os advogados da refinaria argumentaram junto à Justiça que o decreto era ilegal, uma vez que a União, dona da propriedade, não havia autorizado a desapropriação.

Cristiano Moreira, presidente do grupo controlador da Refit, diz que o decreto de desapropriação levou a refinaria a demitir funcionários e a registrar queda de 60% nas ações. A empresa está em recuperação judicial:

— Em 2012, quando tivemos de parar a produção, estávamos no auge. Só no ano passado conseguimos retomar esse mesmo nível.

Procurado o governo do Rio não quis comentar o assunto, mas informou que vai recorrer da decisão.

VEÍCULO: O Globo**Data: 27/03/2019****Seção: Economia****Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA****Título: Reajustes da conta de luz no Rio serão menores**

Aneel revisa valores. Tarifa da Light terá alta de 8,8%, e a da Enel vai subir 7,3% a partir de abril

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou uma revisão do reajuste nas contas de luz dos consumidores do Rio de Janeiro, anunciados há duas semanas. Os valores ficarão menores. Agora, os clientes residenciais da Light terão alta de 8,8% nas tarifas. Já os consumidores da Enel Rio (antiga Ampla) passarão por um reajuste de 7,3%.

Há 15 dias, a Aneel havia aprovado alta de 11,52% para a Light e de 9,72% para a Enel. Os valores ficaram menores depois que o órgão anunciou, na semana passada, ter fechado um acordo com oito bancos públicos e privados para tentar aliviar as tarifas de energia. Os novos números começam a valer em 1º de abril.

Esse acordo permitiu antecipar para este ano o pagamento de um empréstimo bilionário, cujos custos estavam embutidos na conta de luz. Com isso, foram retirados R\$ 6,4 bilhões das tarifas, com impacto direto para os consumidores. Mesmo menor, o reajuste para o consumidor fluminense ficará acima da inflação. O IPCA, índice oficial, acumula alta de 3,89% em 12 meses. Em uma década, a conta de luz do carioca mais que dobrou.

Quando a conta chega ao consumidor, ele paga pela compra da energia (custos do gerador), pela transmissão (custos da transmissora) e pela distribuição (serviços prestados pela distribuidora), além de subsídios e impostos. O empréstimo embutido era um dos componentes da tarifa.

O empréstimo foi feito para ajudar as distribuidoras a pagarem pela compra de energia em 2014, diante da baixa histórica no volume dos reservatórios das hidrelétricas, evitando um reajuste elevado aos consumidores de uma só vez.

VEÍCULO: O Globo**Data: 27/03/2019****Seção: O Mundo****Autor: CARACAS****Título: Novo apagão se prolonga e cria feriado forçado na Venezuela**

Nas trevas

A rotina nas principais ruas e cidades da Venezuela estava suspensa ontem, depois de mais dois apagões consecutivos que levaram o governo a decretar feriado nacional até hoje, suspendendo aulas e trabalho. A população começava a se recuperar do grande corte de luz que, há 20 dias, paralisou o país por uma semana, quando os novos blecautes lançaram a grande maioria dos 23 estados e a capital, Caracas, novamente na escuridão.

O primeiro dos dois apagões, que começou no início da tarde de segunda-feira, terminou depois de cerca de três horas em algumas cidades da região central. Para a maioria dos estados, a luz ia e voltava ao longo do dia, até que boa parte de Caracas e ao menos 21 estados voltaram a ficar completamente no escuro a partir das 22h de segunda-feira (23h no Brasil). Na noite de ontem, alguns locais completavam 24 horas sem luz.

De acordo com funcionários citados pela agência Reuters, o novo apagão paralisou as atividades do principal terminal de exportação de petróleo do país, José. Moradores de várias partes relatavam o caos nas redes sociais, expressando frustração e revolta.

— Esta é uma verdadeira desgraça, uma crise humanitária. Trabalhamos em desespero — queixou-se o padeiro Noe de Souza, de 36 anos.

CAOS E SAQUES

Os apagões prejudicam o atendimento em hospitais, o fornecimento de água e o serviço de caixas eletrônicos, essencial para a população em razão da hiperinflação. Há clínicas onde só serviços de emergência e terapia intensiva funcionam, abastecidos por geradores. Na capital, o aeroporto internacional Simon Bolívar também ficou às escuras.

Em Maracaibo, onde, no apagão do início de março, houve uma onda de saques a mais de 500 lojas, a Câmara de Comércio emitiu um comunicado pedindo proteção urgente às autoridades.

Com o serviço de metrô em Caracas também paralisado desde a segunda-feira, centenas de pessoas tiveram que caminhar — por vezes longas distâncias — até as suas casas no fim da tarde. Os poucos ônibus estavam lotados.

O governo de Nicolás Maduro atribuiu o apagão de 7 de março a um "ataque cibernético" ao sistema de controle da hidrelétrica de Guri, no estado de Bolívar, responsável pelo abastecimento de 80% do país. Agora, segundo o ministro de Comunicação e Informação, Jorge Rodríguez, houve um incêndio criminoso que atingiu "o centro de carga e transmissão" de Guri.

"Os criminosos criaram um incêndio no pátio da 765 KVA de Guri", escreveu Rodríguez no Twitter. "Ao incendiar o pátio e as linhas de transmissão, os terroristas conseguiram derrubar as máquinas de geração e de transmissão, gerando o apagão."

A informação foi contestada por especialistas em Energia.

—As falhas são por falta de manutenção — afirmou ao GLOBO o consultor de Energia José Aguilar, citando fontes que trabalham para o sistema. —A Venezuela passa pelo uso excessivo de sua infraestrutura, que não tem manutenção.

Aguilar diz ainda que a demora para restaurar o sistema após o blecaute de 7 de março levou a "muitos erros, que danificaram transformadores, a infraestrutura e torres de transmissão". Segundo ele, as usinas termelétricas que deveriam substituir a geração hidrelétrica em casos como esses estão tão mal conservadas que fornecem pouco mais de 10% de sua capacidade.

— As termelétricas chegavam a gerar 19.600 megawatts, agora geram somente 2 mil, insuficientes para atender a demanda do país — afirma Aguilar.

SANÇÕES AMPLIARAM CRISE

Em artigo para o New York Times, os venezuelanos Francisco Rodríguez, ex-diretor do Escritório de Orçamento do Congresso da Venezuela, e Jorge Alejandro Rodríguez, engenheiro elétrico e ex-vice-presidente da concessionária de Energia Cadafe, citaram um relatório da Escola de Engenharia da Universidade Central da Venezuela que atribui o primeiro blecaute não a um ataque cibernético, mas a um incêndio florestal perto de três linhas de transmissão de Guri.

Segundo eles, o problema ganhou a dimensão atual porque, quando o apagão de 7 de março ocorreu, apenas um quinto da capacidade termelétrica do país estava disponível. Embora a má gestão seja parte do problema, os dois afirmam que as sanções econômicas americanas tiveram um papel na degradação do sistema.

As usinas termelétricas são movidas a diesel, comprado dos EUA até que as vendas foram interrompidas em janeiro. Além disso, todo o sistema elétrico venezuelano depende de peças, equipamentos e serviços fornecidos por companhias estrangeiras como Siemens e General Electric. Desde as sanções impostas em 2017, a Venezuela perdeu os meios de pagar fornecedores.

VEÍCULO: O Globo**Data: 27/03/2019****Seção: O País****Autor:****Título: Bretas diz que ‘silêncio é a única resposta aos tolos’**

Postagem do juiz em uma rede social foi interpretada por seguidores como indireta à soltura do ex-presidente Temer

Uma publicação feita ontem pelo juiz Marcelo Bretas, responsável pela Lava-Jato no Rio, em uma rede social, foi interpretada por seguidores como uma indireta à soltura do ex-presidente Michel Temer.

“O silêncio é a única resposta que devemos dar aos tolos, porque onde a ignorância fala, a inteligência não dá palpites”, escreveu ele. Na postagem, o juiz ainda desejou um bom dia “aos brasileiros de bem”.

Internautas reagiram com comentários de apoio ao magistrado. “Estamos com você, não desista”, “todo o esforço da Lava-Jato não pode ter sido em vão” e “sei que é desolador mas não desanime” foram algumas das mensagens dirigidas a Bretas.

A decisão de conceder liberdade a Temer, ao ex-ministro Moreira Franco e a outras seis pessoas presas por determinação de Bretas foi do desembargador Antonio Ivan Athié, do Tribunal Regional Federal da 2a. Região (TRF-2). De acordo com Athié, os fatos citados pelo juiz federal nos mandados de prisão são “suposições de fatos antigos” e não servem para justificar as prisões preventivas.

A prisão preventiva de Temer, decretada na última quinta feira, sob acusação de comandar esquema de desvio de dinheiro em **obras de angra 3**, foi criticada por especialistas em Direito, que questionam a detenção de suspeitos quando não há condenação ou sequer ação penal aberta. Athié anunciara que o habeas corpus iria à sessão da 1a. Turma Especializada, mas recuou e decidiu sozinho. Apesar das críticas ao despacho de Bretas, o desembargador do TRF-2 afirmou que apoia a Lava-Jato.

ASSÍDUO NAS REDES

Bretas é bastante assíduo nas redes sociais. Em seu perfil do Instagram, ele exhibe seu gosto pela prática de musculação, pelo Flamengo e por música — ele toca bateria.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 27/03/2019****Seção: Política****Autor: Ana Viriato****Título: Ministro condiciona apoio**

Com grande parte do orçamento comprometido pela folha salarial de servidores e pelo regime previdenciário e de seguridade social, os governadores das 27 unidades da Federação se reuniram, ontem, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, em busca do suporte da União. Um dos temas principais tratados nesse Fórum de Governadores referiu-se à partilha com os estados do valor do leilão do excedente de barris da área de cessão onerosa do pré-sal, marcado para 28 de outubro pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O acerto, entretanto, teria sido condicionado por Guedes à aprovação da reforma da Previdência. “As propostas vão caminhar de forma conjunta. A cada passo da Previdência, um passo da cessão onerosa”, afirmou o governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB).

Os chefes de Executivos estaduais, no entanto, demonstraram a Guedes preocupação quanto aos recentes atritos entre os presidentes da República, Jair Bolsonaro, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM). Ibaneis chegou a dizer que o chefe de Estado precisa “ajustar o discurso” e “definir a pauta política, que tem sido bastante maltratada”.

Para o governador do DF, o presidente da República tem de adotar posição de estabilidade. “Chamar a política de política do passado, mas não dizer qual é a nova política não contribui para a pauta política”, frisou Ibaneis. “A pauta política é de estabilidade e menos divisão. O que queremos é união em torno da recuperação do país.”

Governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB) ressaltou a importância da aprovação da reforma até o meio do próximo semestre. “Temos um sistema previdenciário e de seguridade social que já toma cerca de 60% da receita. Segundo estudos, em cerca de 10 anos, esse percentual subiria para 80%. Ou seja, tudo que fazemos com 40% do orçamento teria de ser feito com 20%. Isso significaria um colapso”, assinalou. O tucano alertou sobre o timing político necessário para o sinal verde do Congresso. “Inevitavelmente, a partir do fim do ano, os partidos se mobilizarão pelas eleições municipais, e pautas como essas, polêmicas, ficam mais difíceis de tramitar”, argumentou.

Renato Casagrande (PSB), governador do Espírito Santo, indicou que “o ambiente político não está propício à tramitação da proposta”. “O confronto entre instituições e entre poderes tem atrapalhado”, pontuou. Ele, como os

demais chefes de Executivos estaduais, afirmou que Paulo Guedes se esquivou das críticas à turbulência entre Legislativo e Executivo.

Nem todos, entretanto, jogaram na ofensiva. Antes do Fórum, João Doria (PSDB) amenizou o embate e afirmou que “o momento mais tenso já passou”. “Percebo que, de ontem para hoje (segunda para ontem), o movimento foi de mais serenidade e mais bom senso por parte do Executivo e do Legislativo”, opinou o governador de São Paulo. Ele acredita na aprovação da reforma em quatro meses.

Doria sinalizou que, desde que o projeto seja aprovado, emendas e aperfeiçoamentos são bem-vindos. “A melhor reforma é a reforma aprovada”, resumiu.

Cifra bilionária

As estimativas do mercado são de que a investida poderia render cerca de R\$ 100 bilhões para o governo federal, contudo o secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior afirmou que não há certeza sobre valor, porque o governo federal realizará novos cálculos. Outra possibilidade apresentada no encontro é o repasse da União a estados e municípios de até 70% do Fundo Social do pré-sal.

Para saber mais

Pré-sal

Em 2010, a União cedeu para a Petrobras a exploração de 5 bilhões de barris na área do pré-sal no processo de capitalização da estatal. Logo após, no entanto, descobriu-se que havia de 6 bilhões a 10 bilhões a mais de barris naquela área e, há vários anos, vem sendo discutido um acordo entre governo federal e a estatal sobre a mudança do contrato, no qual a Petrobras pagará um aditivo, assim como uma definição sobre o valor estimado para o excedente que será leilado assim como para o bônus de assinatura.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/03/2019

Seção: Economia

Autor: Luiz Calcagno

Título: Tentativa de conter greve

A mudança na política de preço do óleo diesel anunciada pela Petrobras, agora com ajuste a cada quinze dias, e não mais diariamente, ocorreu, segundo a

própria empresa, “com o objetivo de conferir aos clientes maior previsibilidade à trajetória de preços”. Embora o texto não fale abertamente, os caminhoneiros são os clientes que, no momento, reivindicam o novo regime. E a medida da companhia, a primeira concreta após os trabalhadores demonstrarem capacidade de organização, não foi satisfatória. Atende, pela metade o que a categoria pede, que além de reajustes mensais, seja solucionada a questão do piso mínimo para o preço do frete.

Os motoristas prometeram uma paralisação para depois de amanhã, e embora lideranças afirmem que os atos ocorrerão isoladamente em alguns pontos do país, o governo teme que o movimento se desdobre em uma greve como a de maio de 2018, que provocou desabastecimento de combustível remédios e alimento em diversas regiões do Brasil. A nota divulgada pela Petrobras continua. “A medida concilia os interesses da companhia, uma vez que o princípio da paridade de preços internacionais está mantida, e as demandas dos consumidores por menor volatilidade no curto prazo.”

A Petrobras também anunciou a criação do Cartão Caminhoneiro, a ser implementado em até 90 dias, que possibilitará que os motoristas paguem preço fixo no litro de diesel nos postos BR. Com o benefício, ainda segundo a nota da empresa, a categoria terá “uma opção de proteção da volatilidade de preços, garantindo assim a estabilidade durante a realização de viagens”. Se a medida não causou efeito esperado entre caminhoneiros, também causou estranhamento em especialistas do setor de combustíveis, que afirmam que o preço deve flutuar conforme o mercado mundial, como o arroz e o açúcar, por exemplo.

Quem afirma é Adriano Pires, sócio-fundador e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie). “É sempre um risco você ficar longos períodos sem reajustar preço de combustível. Tem muita volatilidade. Se a Petrobras segura o preço abaixo do mercado internacional por 15 dias, fecha porta para importadores. Se ficar com preço acima de mercado no período, o importador pode perceber e esperar para jogar muito produto no mercado. É uma situação artificial. O melhor é cada um tomar o seu risco em função de variáveis de mercado”, explica.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) também se manifestou sobre a paralisação de sexta. Informou, Por meio de nota, que mantém diálogo com as principais lideranças da categoria e que “realizou diversos encontros e reuniões participativas com os caminhoneiros para aperfeiçoamento e elaboração da resolução vigente que trata da política nacional de pisos mínimos”.

Um dos líderes do movimento de 2018, Wallace Landim, mais conhecido como

Chorão, se declarou contra a paralisação. Segundo ele, esse não é o momento, pois o canal de comunicação com o governo está aberto. Segundo ele, embora a categoria não esteja tão mobilizada, o grau de insatisfação é semelhante ao de 2018.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/03/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Rateio na conta de luz

Os apagões na Venezuela vão impactar na fatura de energia dos brasileiros. Roraima, único estado a não estar conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN), dependia da importação de energia do país vizinho, que deixou de cumprir o contrato em 7 de março, quando começou a série de apagões. Ontem, em audiência na Comissão de Infraestrutura do Senado, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse que garantir o abastecimento de Roraima vai custar R\$ 1,9 bilhão a mais para os consumidores.

Como a Venezuela mal consegue suprir seu próprio território, o Brasil passou a despachar termelétricas a óleo diesel, que produzem a energia mais cara do mercado. Albuquerque explicou que a geração chega a 210 megawatts (MW) em térmicas abastecidas com o combustível. O impacto será de quase R\$ 2 bilhões ao longo de 2019. Como no setor elétrico a conta é sempre rachada, a previsão é de aumento de, pelo menos, 0,34% nas faturas dos consumidores.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) explicou que, segundo estimativas da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a diferença entre o custo anual de operação do sistema elétrico de Boa Vista com a importação da Venezuela — estimada em 30 MW médios durante o dia e 120 MW médios durante a noite — e sem a energia do país vizinho é de R\$ 684 milhões adicionais aos R\$ 730 milhões já previstos para a operação desse sistema no orçamento da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) de 2019.

“Considerando 10 meses de suprimento sem a importação da Venezuela, há um custo adicional de R\$ 570 milhões, o que resultaria no aumento médio de 0,34% nas tarifas dos consumidores finais”, afirmou a Aneel, em nota. “Os recursos adicionais impactariam a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)”, acrescentou.

Dois interessados na Norte Sul

O leilão da Ferrovia Norte Sul (FNS), marcado para amanhã, atraiu, ao menos, dois interessados. A concessionária Rumo, operadora da Malha Paulista, que se conecta ao Sul com a FNS até o Porto de Santos, fez uma oferta que chamou de “realista”. A VLI, que opera o Tramo Norte da FNS, entre Açailândia (MA) e Porto Nacional (TO), também é parte interessada, embora não tenha admitido que apresentou proposta. De acordo com o edital, o interessado que oferecer o maior valor de outorga no leilão terá o direito de operar o trecho de 1.537km, com 90% das obras já realizadas, por 30 anos, sem direito à prorrogação. O lance mínimo é de R\$ 1,4 bilhão e o investimento previsto, de R\$ 2,7 bilhões.

MME / ASCOM .